



A RESPONSABILIDADE ÉTICA DOS GOVERNOS NO COMBATE À DESIGUALDADE SOCIAL

Daniel Gregório De Sousa¹

Jesus Da Crus Neto²

Virgínia Cavalcante Coelho³

RESUMO

A palavra "Ética" vem do termo grego ethos e possui várias concepções e abordagens. Pode significar casa ou morada, mas também hábito ou comportamento. Quanto ao sentido de casa, a ética tem a ver com algo que é próprio de todo ser humano, enquanto um ser que se distingue do restante da natureza. Quanto ao sentido de hábito ou costume, refere-se à ação repetitiva, mas não meramente instintiva - como no caso dos animais. A ética pode ser entendida como o conjunto de princípios e valores que orientam a conduta humana, distinguindo o que é certo do que é errado. Por outro lado, as desigualdades representam as diferenças injustas dentro de uma sociedade no que toca à qualidade de vida, acesso e distribuição, causadas na maioria das vezes pela gestão sem ética dos governantes. Partindo dessas narrativas, objetiva-se com esta pesquisa discutir como responsabilidade ética dos governos pode servir de mecanismo no combate às desigualdades sociais. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e utiliza como procedimentos técnicos a pesquisa bibliográfica. Foi possível, com a revisão das literaturas, compreender que a ética e a desigualdade social têm uma forte relação, pois a desigualdade social representa um indicador de violação dos direitos humanos e dos princípios éticos que norteiam a justiça social no mundo. Atualmente, a temática das desigualdades sociais tem servido como tema central nas discussões de grandes organizações, como a ONU, UNESCO, OIT e outras, e representa um dos principais desafios éticos do mundo contemporâneo. Segundo os dados da ONU, mais de 690 milhões de pessoas vivem atualmente em pobreza extrema, sem acesso a direitos básicos como saúde, educação, moradia e alimentação. Logo, ignorar a desigualdade não é apenas uma falha social, mas também uma violação de princípios éticos e dos direitos humanos. Políticas públicas eficientes, distributivas e ações solidárias são formas éticas de combater a desigualdade social. Assim, é de responsabilidade do estado trazer dentro da sua gestão mecanismos que contribuam para combater as desigualdades. Conforme previsto na Constituição Federal de 1988, no seu artigo 3º, inciso III, o Estado tem o dever de erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Então, baseando-se nessa norma suprema, é factível afirmarmos que é dever dos governantes combater a desigualdade social, mas, para isso, estes devem estar norteados pela ética. Por fim, conclui-se que a prática não ética dos governantes, como a corrupção, nepotismo e outros, influencia no crescimento das desigualdades sociais, e, para que se possa combater esse fenômeno, é necessário que a ética seja aplicada dentro da esfera pública, no intuito de nortear as ações dos governantes, diante de questões que afetam diretamente a vida da população, como a desigualdade social.

Palavras-chave: ética; governo; desigualdade social; responsabilidade.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Discente, danielgregoriog148@gmail.com¹

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Discente, jesusdacruzneto123@gmail.com²

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Docente, virginiacavalcante@unilab.edu.br³